

PROJETO DE LEI N.º 3.602, DE 2015

(Do Sr. Ronaldo Martins)

Dá nova redação ao §2º do art. 39 da Lei nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003, dispondo sobre assentos preferenciais para idosos nos veículos de transporte coletivo, na forma que indica.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-5093/2009.

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

2

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º. O §2º do artigo 39 da Lei nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003, passa a

vigorar com a seguinte redação:

Art. 39.

§2º. Nos veículos de transporte coletivo de que trata este artigo, todos os assentos de passageiros serão destinados

preferencialmente para uso por idosos.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente propositura tem o objetivo claro de conceder ao idoso o

direito de preferência sobre todos os assentos disponibilizados aos passageiros dos

transportes coletivos.

O atual texto da Lei 10.741/2003, o Estatuto do Idoso, concebido em

2003, portanto, há mais de 12 anos, pretendia proteger o usuário maior de 60

(sessenta) anos de idade, reservando-lhes apenas 10% (dez por cento) do

quantitativo de assentos ofertados por cada veículo.

O passar dos anos provou a ineficácia desse dispositivo da norma,

que não foi capaz de garantir o direito de preferência para os idosos. A prática

revelou injustiças e até desdém por parte de usuários, que ainda hoje teimam em

ocupar os parcos assentos disponibilizados.

Até mesmo a características dos veículos mudou ao longo do tempo,

quando as fábricas passaram a produzir ônibus e micro-ônibus com espaços

maiores para passageiros transportados de pé, reduzindo ainda mais a quantidade

dos referidos assentos preferenciais.

3

Outro aspecto bastante importante é o arroubo demográfico a que

estão submetidos, principalmente, os grandes centros urbanos, não acompanhados

pelo aumento proporcional da oferta de veículos. Tal característica transformou não

só a paisagem urbana, com ocupações indevidas dos espaços, mas gerou um

aumento substancial da demanda por transporte público coletivo, resultando em

veículos sempre lotados, vitimando de forma mais intensa aos idosos.

Destarte, estimativas do IBGE apuram que no ano de 2025, ou seja,

uma década adiante, o Brasil terá uma população de 32 milhões de pessoas com

idade acima de 60 (sessenta) anos de idade. Seremos o sexto país com maior

número de idosos. Cerca de 11 milhões a mais que no ano de 2012. Esse aumento

substancial da população idosa demandará mais atenção para os idosos usuários do

transporte público coletivo de passageiros.

Um estudo semelhante, realizado pela Organização das Nações

Unidas (ONU), estima que até o ano de 2050, pelo menos 30% da população do

Brasil será composta por idosos. No Brasil, a população de idosos vem dobrando a

cada duas décadas. E a expectativa de vida já ultrapassa os 73 anos de idade no

país.

São dados que apontam a necessidade de tomadas de medidas

efetivas em busca do atendimento a esta população idosa, objetivo maior do

presente projeto de lei, que garante aos idosos o acesso preferencial a todos os

assentos dos transportes coletivos. Em face de que se faz necessária à aprovação

da medida proposta.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 2015.

RONALDO MARTINS

Deputado Federal – PRB/CE

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

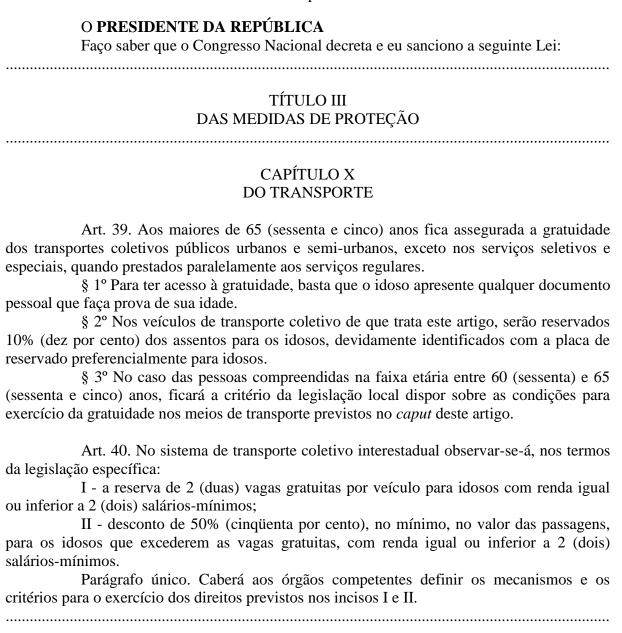
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL

Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_4480

Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.



FIM DO DOCUMENTO